

SUMÁRIO

NOTA À 20ª edição	21
Notas às Edições Anteriores	23
Introdução	31
Capítulo I – A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	35
1. Introdução	35
2. A tributação na Constituição	37
3. Noção de competência tributária	38
4. Os titulares das competências tributárias	39
5. A competência tributária e a norma-padrão de incidência dos tributos	44
6. A competência para criar impostos	46
7. Breves considerações acerca da emenda constitucional n. 132/2023	49
Capítulo II – O ICMS NA CONSTITUIÇÃO	53
1. Considerações gerais	55
2. Imposto sobre operações mercantis (o ICMS sobre as operações mercantis) ...	56
2.1 Preliminares	56
2.2 Sujeitos passivos	59
2.3 Âmbito de incidência	61
2.3.1 Noção de “mercadoria” para fins de tributação por via de ICMS	62
2.4 Momento do nascimento da obrigação tributária	66
2.5 Primeiras conclusões	73
2.6 Considerações em torno do ARE 1.255.885 e da ADC 49/RN	79
2.7 Tributação das importações de mercadorias e bens	82

2.7.1	Momento em que nasce a obrigação de pagar ICMS nas importações	90
2.7.2	ICMS e importação “por conta e ordem” e “por conta própria, com pedido prévio de encomendantes”. Local da incidência e sujeito passivo	96
2.7.3	ICMS e importação, por particular, de bem destinado a seu uso próprio	102
2.7.4	O regime aduaneiro de admissão temporária para utilização econômica de bens e a não incidência do ICMS ..	108
2.8	Casos de não incidência	113
2.9	Base de cálculo	114
2.10	Alíquota. A Resolução do Senado Federal 13, de 25.4.2012	115
2.10.1	Percentuais	124
2.11	Questões conexas	129
2.11.1	Cooperativas de consumo. Sua intributabilidade por via de ICMS enquanto praticam atos típicos	129
2.11.2	Sujeição passiva indireta (responsabilidade tributária)	133
2.11.2.1	Responsabilidade por substituição no ICMS	133
2.11.2.2	Responsabilidade por transferência no ICMS	137
2.11.2.3	Outras considerações	139
2.11.3	O ICMS e as vendas financiadas de mercadorias	140
2.11.3.1	Aprofundamento da questão	142
2.11.3.2	A tributabilidade da empresa por meio de IOF ..	155
2.11.3.3	Síntese final	160
2.11.4	O ICMS e as vendas com bonificação em mercadorias	160
2.11.4.1	Generalidades	161
2.11.4.2	A “base de cálculo possível” do ICMS sobre operações mercantis	161
2.11.4.3	O art. 146 da CF e a “base de cálculo possível” do ICMS incidente sobre operações mercantis. O alcance do art. 13, § 1º, II, da Lei Complementar 87/1996	162
2.11.4.4	A legislação ordinária e o modo de se apurar a base de cálculo do ICMS quando ocorrem vendas com bonificação em mercadorias	163

2.11.4.5	Aprofundamento do assunto	165
2.11.4.6	Efeitos da “resposta dada à consulta” mencionada no subitem anterior	168
2.11.4.7	A “recuperação” das quantias de ICMS indevidamente recolhidas	169
2.11.4.8	O falso problema do preenchimento eventualmente incorreto ou lacunoso das notas fiscais	170
2.11.4.9	“Vendas bonificadas” e “substituição tributária”	171
2.11.4.10	Síntese final	172
2.11.5	O ICMS e a empreitada de construção civil, com fornecimento de material produzido pelo empreiteiro fora do local da obra. Sua não incidência	173
2.11.6	O ICMS e a mercadoria que não transita pelo estabelecimento do transmitente	177
2.11.7	O ICMS e o arrendamento mercantil (“leasing”). Sua inexigibilidade	178
2.11.8	A não incidência de ICMS sobre seguros e juros	182
2.11.9	A não incidência de ICMS sobre a venda de “salvados de sinistros”	183
2.11.10	A não incidência de ICMS sobre a mudança de endereço ..	183
2.11.11	A não incidência de ICMS sobre a venda de bens do ativo fixo	184
2.11.12	A não incidência de ICMS sobre o “autoconsumo”	184
2.11.13	A não incidência de ICMS sobre as operações praticadas com “amostras grátis” e a saída (com posterior retorno) de bens para fins de “demonstração”	184
2.11.14	Da não incidência de ICMS sobre o valor do licenciamento do uso de “softwares”	185
2.11.14.1	Generalidades	185
2.11.14.2	Da cessão de direitos e de sua intributabilidade, quer por meio de ICMS, quer de ISS	189
2.11.14.3	Posição da jurisprudência	193
2.11.15	A “cessão de direitos” e a impossibilidade jurídica de ela ser alcançada pelo ICMS	196

2.11.15.1	A situação tributária das empresas que locavam filmes em suporte de DVD/ videocassete	197
2.11.16	A intributabilidade por meio de ICMS do fornecimento domiciliar de água potável. Questões conexas	200
2.11.17	O ICMS e a imputação de pagamento. O inadequado tratamento dispensado ao assunto pela legislação paulista	201
2.11.18	Avarias, extravios e outros eventos. Sua inidoneidade para, de per si, fazer presumir a ocorrência do “fato imponível” do ICMS	206
3.	O ICMS sobre produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e de energia elétrica	208
3.1	O ICMS sobre operações relativas à energia elétrica	209
3.1.1	Base de cálculo	221
3.1.2	Alíquota	228
3.1.3	A inconstitucionalidade da base de cálculo do ICMS sobre a energia elétrica no Estado de São Paulo. Suas alíquotas	228
3.1.4	O furto de energia elétrica. Sua intributabilidade por meio de ICMS	230
3.1.5	O art. 33, II, “b”, da Lei Complementar 87/1996 e sua interpretação “conforme a Constituição”	236
3.2	O ICMS sobre a produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos	241
3.2.1	Hipótese de incidência	241
3.2.2	Base de cálculo	243
3.2.3	Alíquotas	243
4.	O ICMS sobre a extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais	244
5.	O ICMS sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal	245
5.1	Considerações gerais	245
5.2	Âmbito de abrangência	248
5.3	Casos de não incidência	250
5.4	Hipótese de incidência	250
5.5	Sujeito passivo possível	252
5.6	A intributabilidade por meio de ICMS do autotransporte interestadual. Irrelevância da existência de várias inscrições estaduais	252

5.7	Tributação de serviço de transporte internacional	256
5.8	Tributação de serviços de transporte sucessivos	258
5.9	“Courier”. Sua tributabilidade por meio de ICMS	260
5.10	Base de cálculo	260
5.11	Alíquota	262
6.	O ICMS sobre serviços de comunicação	262
6.1	Considerações gerais e hipótese de incidência	262
6.2	Casos de não incidência e questões conexas	289
6.3	Sujeito ativo e sujeito passivo	291
6.4	A intributabilidade por meio de ICMS da disponibilização dos meios materiais necessários à prestação dos serviços de telecomunicação internacional	292
6.5	A intributabilidade (em tese) por meio de ICMS da prestação dos serviços de comunicação estritamente locais	298
6.6	Base de cálculo	299
6.7	Alíquota	300
6.8	Ato de habilitação do aparelho celular e transferências de titularidade de assinaturas relativamente ao sistema móvel celular e questões conexas. Inexigibilidade do ICMS	300
6.9	O ICMS-Comunicação e as vendas de cartões indutivos e para celulares	307
6.10	Locação de espaços em satélites. Não incidência do ICMS	311
6.11	Serviços de provedor de acesso à Internet e à Intranet. Inexigibilidade do ICMS	316
6.12	TVs por assinatura. Inexigibilidade do ICMS	324
6.12.1	Taxa de adesão. Inexigibilidade do ICMS	325
6.13	Empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens (televisão aberta). Inexigibilidade do ICMS	326
6.14	Serviço de “paging”. Sua tributabilidade por meio de ICMS	328
6.15	A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o serviço postal. Intributabilidade por meio de ICMS	328
7.	O ICMS e o “Super Simples”	331
8.	A “Internet das Coisas” e a tributação por meio de ICMS	334
9.	A tributação no ambiente da “computação em nuvem”	336
10.	Conclusão do capítulo	341

Capítulo III – A BASE DE CÁLCULO “POR DENTRO” DO ICMS. SUA INCONSTITUCIONALIDADE	345
1. Generalidades e definição	345
2. Funções da base de cálculo	346
3. Consequência importante	348
4. A lei complementar e a base de cálculo dos tributos	349
5. A base de cálculo do ICMS na Lei Complementar 87/1996. A inconstitucionalidade de seu art. 13, § 1º, I	352
5.1 Colocações preliminares	352
5.2 Desenvolvimento da ideia	352
5.3 Majoração indevida das alíquotas do ICMS	353
5.4 Esclarecimentos	354
6. O modo de apurar a base de cálculo do ICMS, tal como preconizado na legislação ordinária. Sua insubsistência	355
6.1 Considerações gerais	355
6.2 Das inconstitucionalidades da legislação estadual no que respeita à base de cálculo do ICMS	356
7. Outros desdobramentos	359
8. Síntese conclusiva	359
 Capítulo IV – A MANIFESTA INCONSTITUCIONALIDADE DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA “PARA FRENTE” NO ICMS	 361
1. Introdução	361
2. A substituição tributária “para frente”: noções gerais e questões conexas	366
2.1 A inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 3/1993	369
2.2 Ainda a tributação por “fato futuro”	370
3. A substituição “para frente” e o art. 10 da Lei Complementar 87/1996	378
3.1 A restituição do ICMS e o inusitado Decreto paulista 41.835/1997	382
4. Substituição tributária “para frente” e tipicidade da tributação	383
5. Outras inconstitucionalidades	387
6. A inconstitucionalidade do “Convênio 66/1988” enquanto “cuidava” da substituição tributária “para frente”	388
7. A uniformização de jurisprudência do STJ e do STF	390
8. Novas considerações	391
9. Síntese Conclusiva	400

Capítulo V – O PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE NO ICMS	405
1. Introdução	405
2. O “mecanismo” das deduções	410
3. O direito de crédito e a efetiva cobrança nas operações anteriores	411
3.1 A desnecessidade da “efetiva cobrança” nas anteriores operações ou prestações	411
3.1.1 Aspectos gerais	411
3.1.2 Da impossibilidade de perda dos créditos de ICMS quando empresas adquirem mercadorias, em outras Unidades Federadas, de beneficiários de incentivos fiscais concedidos sem apoio em convênios	415
3.1.3 Considerações adicionais. A preservação da boa-fé do contribuinte	420
3.2 Irrelevância da “origem” dos créditos de ICMS	430
4. Modo de se implementar a “compensação”, já que o ICMS “não é” um imposto sobre valor agregado	432
4.1 A chamada “venda com prejuízo” e o direito aos créditos de ICMS ...	435
4.2 O método de apuração do “quantum” de ICMS a pagar	437
4.3 Irrelevância da destinação	440
4.4 O sistema de créditos presumidos e o princípio da não cumulatividade	441
4.5 A inconstitucionalidade do Convênio ICM-9/1976	442
5. Origem exclusivamente constitucional do “princípio da não cumulatividade”	449
6. Restrições constitucionais ao “princípio da não cumulatividade”	451
6.1 Diferimento	457
7. Alcance da lei complementar no que concerne ao “princípio da não cumulatividade”	460
8. Síntese necessária	464
9. O art. 23 da Lei Complementar 87/1996	465
10. Créditos de ICMS relativos a bens que se destinam a uso, consumo ou ativo permanente	469
10.1 Considerações gerais	469
10.2 A inconstitucionalidade do art. 31, II, do Convênio ICM-66/1988 e sua superação pelo art. 20 da Lei Complementar 87/1996	471
10.2.1 Análise jurídica do art. 155, § 2º, XII, “c”, da CF	483

10.3	Novas observações	484
10.4	Aplicações práticas	485
10.5	Da forma de apuração dos créditos de ICMS oriundos de operações de exportação e da possibilidade de transferência, para outros contribuintes da mesma Unidade Federada, dos eventuais saldos remanescentes	486
10.6	Inconstitucionalidades da legislação	492
10.7	Considerações finais	494
11.	Questões conexas	495
12.	Da Possibilidade de compensação de débitos de ICMS-ST, com créditos de ICMS Destacado	499
13.	correção monetária dos créditos de ICMS	501
13.1	Critério de contagem da correção monetária	508
13.2	Prazo decadencial para aproveitamento de créditos pretéritos	511
Capítulo VI – SELETIVIDADE EM FUNÇÃO DA ESSENCIALIDADE DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS		515
1.	Considerações gerais	515
2.	O direito fundamental à vida e à saúde, o ICMS--Operações Mercantis e o princípio da seletividade	522
Capítulo VII – O “DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS” NO ICMS DO ESTADO DE SÃO PAULO. SUA INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: POSSIBILIDADE JURÍDICA. QUESTÕES CONEXAS		531
1.	Circunscrição do problema	531
2.	A vedação ao “enriquecimento sem causa” por parte do Estado	532
3.	Fundamento do direito ao ressarcimento. Questão incontroversa	532
4.	A “repetição do indébito” e a “compensação”	533
5.	“Repercussão financeira” e “repercussão jurídica”	535
6.	O ICMS e o art. 166 do CTN	538
7.	O princípio da não cumulatividade e a repetição do indébito	540
8.	Considerações finais	542
Capítulo VIII – AS ALÍQUOTAS PARA AS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES QUE DESTINEM BENS E SERVIÇOS A CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO		545

1. Considerações iniciais	545
2. A inconstitucionalidade do Protocolo ICMS-21/2011	548
3. O novo tratamento jurídico dado pela Emenda Constitucional 87, de 16.4.2015	550
4. Desenvolvimento da ideia	551
5. Explicação necessária	552
6. Da não autoaplicabilidade dos incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da CF ...	553
7. Da impossibilidade jurídica de ser editada, no caso em estudo, a lei complementar estadual veiculadora de “normas gerais em matéria de legislação tributária”	556
8. Da inconstitucionalidade do Convênio ICMS-93/2015	559
9. A Lei Complementar N. 190, de 4 de janeiro de 2022	562
9.1 Inteiro	562
9.2 Da não autoaplicabilidade da Lei Complementar 190/2022, que regulamentou a cobrança do DIFAL/ICMS	571
9.3 Da impossibilidade jurídica de convalidação das leis ordinárias anteriores à edição da Lei Complementar Nacional n. 190/2022	573
9.4 Da impossibilidade de cobrança do DIFAL/ICMS, enquanto não estiverem em funcionamento o Portal Nacional do DIFAL e a ferramenta de apuração centralizada do imposto (art. 24-A da LC nº 87/1996)	575
10. O impropriamente chamado “difal antecipatório” (operação ou prestação interestadual com operação ou prestação subsequente). A inconstitucionalidade da sua cobrança das microempresas e das empresas de pequeno porte, vinculadas ao “simples nacional”	580
Capítulo IX – O ART. 155, § 2º, IX, “B”, DA CF	585
Capítulo X – IMUNIDADES	589
1. Considerações gerais	589
2. Imunidades de ICMS sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior	596
3. Imunidade de ICMS sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica	600
4. Imunidade de ICMS sobre o ouro nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º, da CF	608

5. Imunidade de ICMS nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita 609

Capítulo XI – BASE DE CÁLCULO DO ICMS NA HIPÓTESE DEFINIDA NO ART. 155, § 2º, XI, DA CF 611

Capítulo XII – ISENÇÃO 613

1. Isenção concedida por meio de decreto legislativo estadual ou distrital 616
- 1.1 Isenções de ICMS condicionais e incondicionais 631
2. Cessão onerosa de créditos tributários parcelados concernentes ao ICMS. Sua possibilidade, com base no Convênio ICMS-104/2002 633
- 2.1 Generalidades 633
- 2.2 Da juridicidade do Convênio ICMS-104/2002 634
- 2.3 Da possibilidade jurídica da cessão de créditos tributários decorrentes de parcelamento 636
- 2.4 Da juridicidade material e formal da cessão de créditos autorizada pelo Convênio ICMS-104/2002 640
3. A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade 640

Capítulo XIII – “CONVÊNIOS ICMS” E O ART. 14 DA “LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL”. SUA INAPLICABILIDADE 643

1. Introdução 643
2. O princípio federativo 643
3. O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua inaplicabilidade aos Estados 645
4. As isenções tributárias e o ICMS 647
5. A inaplicabilidade do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal às isenções de ICMS 648
6. Conclusão 649

Capítulo XIV – A LEI COMPLEMENTAR PREVISTA NO ART. 155, § 2º, XII, DA CF 651

Capítulo XV – O § 3º DO ART. 155 DA CF. A NÃO INCIDÊNCIA DA “COFINS” E DO “PIS” NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES ALI REFERIDAS 667

1. Introdução 667
2. As “contribuições” do art. 149 da CF 669

2.1	Generalidades	669
2.2	As “contribuições” e o campo tributário da União	671
3.	As “contribuições sociais para a seguridade social”. Principais traços característicos	673
4.	A “contribuição” para o PIS	674
4.1	Evolução legislativa	674
4.2	Breve constatação	677
4.3	A base de cálculo do PIS	678
5.	A COFINS. Sua natureza jurídica	678
6.	PIS e COFINS: irrelevância jurídica do “nomen iuris” e relevância da destinação do produto de sua arrecadação	678
6.1	Irrelevância jurídica do “nomen iuris”. Natureza tributária	679
6.2	Relevância da destinação do produto de sua arrecadação	680
6.3	PIS e COFINS: impostos	681
7.	Considerações básicas	682
8.	A posição do Judiciário sobre a matéria	686

Capítulo XVI – A INCONSTITUCIONALIDADE DA INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS 689

1.	Introdução	689
2.	Noção de “faturamento” (“base de cálculo possível” do PIS e da COFINS) no contexto do art. 195, I, da CF	690
3.	Ainda sobre a impossibilidade jurídica de o valor do ICMS figurar na base de cálculo do PIS e da COFINS	694
4.	A Lei 9.718/1998 e a questão objeto deste capítulo	695
5.	Considerações adicionais	696
6.	O julgamento do RE 574.706-PR	702
7.	Da inaplicabilidade da Solução de Consulta Interna COSIT-13/2018	718
8.	A exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS: uma guerra que não termina	720
8.1	Diferenças entre o ICMS-próprio e o ICMS-ST	721
8.2	O contribuinte de direito, no ICMS-ST	722
8.3	A base de cálculo do ICMS-ST	723
8.4	O fato gerador definitivo (fato imponível) do ICMS-ST	725
8.5	A repercussão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS/COFINS	727

8.6	O alcance da tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 69 da Repercussão Geral	728
8.7	A pequena liberdade dada ao STJ pela decisão do STF no RE 1.258.842	729
8.8	O equivocado entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	730
8.9	Considerações complementares	730
8.10	Conclusão	734
8.11	Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS	735
9.	Do regime monofásico e do direito ao ressarcimento do ICMS indevidamente incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS	740
9.1	Introito	740
9.2	Das contribuições para o custeio da seguridade social(“contribuições sociais para a seguridade social”)	742
9.3	O PIS e a COFINS monofásicos. O caso das distribuidoras de veículos automotores	745
10.	Da inconstitucionalidade da inserção do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS sobre importações de bens ou serviços	749
Capítulo XVII – O LANÇAMENTO DO ICMS		751
1.	Introdução	751
2.	Das modalidades de lançamento. Do lançamento por homologação	755
3.	Nossa posição	756
4.	A função do auto de infração	760
Capítulo XVIII – DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS (OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS) RELATIVOS AO ICMS		763
1.	Generalidades	763
2.	Eventuais irregularidades contidas na “nota fiscal”. Sua irrelevância para fins de pleno desfrute, pelo adquirente, do “princípio da não cumulatividade”	766
3.	Necessária correlação entre os deveres instrumentais tributários e o ICMS	767
Capítulo XIX – A APREENSÃO DE MERCADORIAS E O ICMS		769
Capítulo XX – A INCONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO POR MEIO DE DECRETO DE PRAZO E CONDIÇÕES PARA RECOLHIMENTO DO ICMS		771

Capítulo XXI – COMPETÊNCIA PARA CRIAR O ICMS. OBRIGATORIEDADE DE SEU EXERCÍCIO	773
Capítulo XXII – A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECAÇÃO DO ICMS	775
Capítulo XXIII – INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS EM MATÉRIA DE ICMS .	783
Capítulo XXIV – O ICMS E OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	789
1. Introdução	789
2. Peculiaridades dos chamados “crimes contra a ordem tributária”	790
3. O ICMS e o delito capitulado no art. 2º, II, da Lei 8.137/1990. Problemas conexos	793
3.1 Generalidades	793
3.2 Desenvolvimento da ideia	794
3.2.1 O art. 2º, II, da Lei 8.137/1990 e o crime de apropriação indébita	794
3.3 Síntese necessária	796
3.4 Atipicidade da conduta do contribuinte	797
3.5 Novas considerações	799
3.6 A recente decisão do STF	800
3.7 Situação das pessoas jurídicas e de seus diretores	802
3.8 Inconstitucionalidades da Lei 8.866/1994	802
4. A lícita exclusão do valor do ICMS de sua própria base de cálculo	804
4.1 Colocação do problema	804
4.2 O crime de sonegação fiscal e a conduta ora em exame	805
4.3 Síntese conclusiva	806
5. Correção dos créditos de ICMS pelo próprio contribuinte. Litude da conduta	806
Capítulo XXV – ANOTAÇÕES ACERCA A REFORMA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO, REALIZADA PELA EC 132/2023	809
1. Introdução	809
2. Inconstitucionalidades da Emenda Constitucional 132/2023, no que refere ao IBS	812
3. Algumas leis complementares previstas na EC 132/2023, relativas ao IBS ...	820

3.1. A lei complementar prevista no art. 156-A da CF	820
3.2 As leis complementares previstas no art. 156-B da CF	828
3.3 A lei complementar prevista no art. 156-B, § 8º, da CF	831
3.4 A lei complementar prevista no art. 149-C, §§ 1º e 2º, da CF	831
3.5 A lei complementar prevista no art. 195, V, da CF	831
3.6 A lei complementar prevista no art. 9º da EC 132/2023	832
3.7 As leis complementares previstas no art. 92-B, caput e nos §§ 2º, 3º e 6º, do ADCT	834
3.8 A lei complementar prevista no parágrafo único do art. 124 do ADCT	835
3.9 A lei complementar prevista no § 4º do art. 125 do ADCT	835
3.10 A lei complementar prevista no art. 126, III, do ADCT	836
3.11 As leis complementares previstas no art. 130, caput e § 10, do ADCT	836
3.12 As leis complementares previstas nos §§ 2º a 5º do art. 131 do ADCT	838
3.13 As leis complementares previstas nos §§ 4º a 13 do art. 9º do ADCT	840
3.14 A lei complementar prevista no § 3º do art. 132 do ADCT	842
3.15 As leis complementares previstas no art. 134, caput e § 6º, do ADCT	842
3.16 A lei complementar prevista no art. 135 do ADCT	843
3.17 As demais leis complementares previstas no ADCT, pela EC 132/2023	844
4. Considerações finais	864
BIBLIOGRAFIA	869